



A TRAÇA

Boletim do Projeto de Extensão Histórias & Memórias sobre Educação (2ª ed.)



Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação (CDPHE) - Sede do Projeto (UFPR/Campus Rebouças, sala 33)

Apresentação

Neste boletim, o tema retratado será escolas tombadas no Paraná.

Dentro de tal cenário, são abrangidas diferentes referências, permitindo-nos pensar a respeito dos diversos desdobramentos que envolvem tombamentos históricos, patrimonialização, construções de memórias coletivas paranaenses e demais maneiras do passado inserir-se no presente.

Mas, antes, devemos nos perguntar o que termos como patrimônio e tombamento representam? Como nos impactam?

NESTE NÚMERO

ESCOLAS TOMBADAS NO
PARANÁ

PATRIMÔNIOS CULTURAIS E
PROCESSOS DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DE
MEMÓRIAS

PERSPECTIVA HISTÓRICA

PATRIMÔNIO NO PARANÁ

DESAFIO DA PRESERVAÇÃO
DA MEMÓRIA DO
PATRIMÔNIO ESCOLAR

E, afinal, como as escolas públicas paranaenses encaixam-se em tal cenário, uma vez que, conforme defende Cordeiro, “as coisas da escola nos falam mais do que da escola, nos falam de um projeto moderno de sociedade, das tentativas de viabilização deste projeto, de suas debilidades, bem como das resistências, contingências e embates cotidianos diante dele” (2019, p. 10). Assim, visa-se incentivar novos questionamentos e reflexões que, por sua vez, podem contribuir na construção de um futuro mais consciente, à medida que “os estudantes percebam as diferentes relações existentes entre os monumentos, museus, praças e diferentes lugares que guardam memórias e suas trajetórias de vida” (GEVEHR, 2016, p. 949).

Divulgação

A obra “Histórias e Memórias sobre Educação – Vol. II”, organizada por Nadia G. Gonçalves e publicada em 2019, entre outros fatores, aborda temas que contribuem para as discussões acerca da preservação e institucionalização dos acervos escolares e das práticas e valores que perpassam a educação. Assim, no capítulo I, por exemplo, já é possível encontrar reflexões sobre a temática dos lugares de memória, história da educação e descontinuidades. Não obstante, no capítulo II, há uma apresentação completa, deveras interessante, de todas as escolas tombadas no Estado do Paraná.

Outrossim, para ler mais sobre o tema de memória, patrimonialização e tombamentos, recomenda-se textos como:

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado.

História, memória e patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 91- III, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993;

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a História: itinerários conceituais e práticas de preservação. Antíteses, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, 2014.



Assim, busca-se a divulgação de conhecimentos que permitam-nos compreender mais a respeito da construção de memórias e identidades, pois “apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio” (MENESES, 2006, p. 37).

Boa leitura!

Patrimônios culturais e processos de institucionalização de memórias

PROPONENTE PRINCIPAL DESTE MATERIAL: NATHALIA SELAU

Sabe-se que o enquadramento da memória é realizado por profissionais denominados historiadores, através de museus, bibliotecas, arquivos, entre outros instrumentos. Tal trabalho é constituído enquanto fator muito importante, responsável pela perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade, assim como sua identidade – à medida que estabelece formas de narrar, expor e dar visibilidade ao passado que, por sua vez, irá fornecer condições para a construção do presente e as projeções para o futuro (GUIMARÃES, 2012).

Dessa forma, a patrimonialização e os tombamentos só podem ser compreendidos “a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado” (GUIMARÃES, 2012, p. 97), à medida que estabelecem maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las. Assim, busca-se,

entre outros fatores, entender como as comunidades mudam suas formas de ser no tempo e debate-se o que iremos admitir como nossa memória ou quais símbolos de poder iremos estabelecer.

Nesse cenário, tem-se como exemplo as estátuas – postas em locais públicos como homenagens a figuras históricas, são representações simbólicas dos valores que uma determinada época pretende preservar.

Em 2020, todavia, estátuas de figuras históricas ligadas ao tráfico de escravos e ao colonialismo foram derrubadas, incendiadas, pichadas, decapitadas e lançadas ao mar, sob os olhares estarecidos de alguns intelectuais.



Estátua de Cristóvão Colombo decapitada em 10/06/2020 no parque Byrd, em Boston

Conforme dito acima, o que determina o valor de um personagem histórico, de um monumento ou do próprio patrimônio histórico não é simplesmente sua importância no passado, mas sua conexão com o presente ou, em outras palavras, o que ele nos diz hoje. Walter Benjamin, filósofo alemão nascido em 1892, defendia que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.

E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.” (1994, p. 225). Dessa maneira, reflexões a respeito dos monumentos, patrimônios históricos, tombamentos e demais formas de institucionalização da memória, fazem-se necessárias à medida que, para além da estética, esses carregam significados, sensibilidades e representações narrativas.

Perspectiva Histórica

A constituição dos patrimônios tem seu momento fundador ligado à formação dos Estados Modernos e a busca pela construção de uma identidade nacional, a partir da crise no Feudalismo.

Em tal cenário, a França recebe destaque enquanto pioneira, já no século XV, após a Guerra dos Cem Anos. De maneira geral, percebe-se que monumentos, edificações e obras de arte passaram a ser sacralizados e preservados, à medida que entendia-se que esses tinham o poder de ratificar a nação, localizando-a no tempo e no espaço.

Dessa forma, diante dos impasses que envolviam os bens móveis e imóveis patrimonializados na complexa relação entre público e privado, o tombamento se apresentou como solução normativa viável, pertencente tanto ao passado quanto ao presente ao mesmo tempo que transcendia a existência comum. No Brasil, a experiência no trato com a preservação dos bens culturais iniciou-se na década de 1930 e foi marcada pelo juízo de que estes eram paradigmas de uma dada cultura e identidade nacional, símbolos do poder considerados expressão do interesse e da memória coletiva.

No Paraná...

No que se refere à proteção dos bens patrimoniais no Paraná, destaca-se o desejo inicial e a busca, por parte de intelectuais ligados ao governo, de uma unidade cultural da província, após essa separar-se de São Paulo, em 1853. Para isso, desejava-se encontrar um passado comum, capaz de fortalecer a identidade coletiva e reforçar as relações sociais que pudessem distinguir o paranaense.

Todavia, as iniciativas do governo federal voltadas à proteção do acervo cultural do Estado enquanto patrimônio da nação, irão acontecer apenas em 1938, através de tombamentos de edifícios como Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e o Colégio dos Jesuítas em Paranaguá - o qual, atualmente, abriga o Museu de Arqueologia e Etnografia da UFPR, sendo o único exemplar de três andares da arquitetura colonial no sul do país, representando o poder e a influência que a Companhia de Jesus teve, especialmente nos séculos XVII e XVIII, na América portuguesa.



Colégio dos Jesuítas em Paranaguá, atual MAE-UFPR

Em 1948, por sua vez, foi criada, junto à secretaria de Educação e Cultura, a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná e elaborada a primeira lei a dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, conhecida como 1211/53. Tendo em vista a Constituição Federal de 1988, a qual reforça a importância da preservação patrimonial - destacando a cultura como um direito de todos, a Constituição paranaense, seguindo os mesmos critérios, definiu em seus artigos que "os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura no Paraná constituem patrimônio comum que deve ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade" (Constituição Estadual, 1989, Seção II, artigo 191, p. 101).

Colégios Tombados no Paraná

Atualmente, 13 colégios da rede estadual de ensino do Paraná estão tombados, guardando parte da educação paranaense. Tais ações foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Coordenação do Patrimônio Cultural, ou dentro de conjuntos urbanos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na capital estão o Colégio Estadual do Paraná, o Instituto de Educação do Paraná, o Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, o Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva, o Colégio Estadual Dom Pedro II e o Antigo Colégio Estadual Tiradentes/CEAD Potty Lazarotto. Não obstante, tem-se o Instituto Estadual de Educação Doutor Caetano Munhoz da Rocha e a Escola Estadual Faria Sobrinho em Paranaguá, o Colégio Estadual Regente Feijó em Ponta Grossa, o Centro Estadual de Educação Professor Doutor Brasília Machado, Colégio Estadual Moysés Lupion e o Colégio Estadual Rocha Pombo em Antonina e o Colégio Estadual São José na Lapa.

Colégio Estadual Regente Feijó (Ponta Grossa)



Escola Normal de Ponta Grossa (década de 1920).
Fonte: Castro (2010, p. 210).

Antigamente denominado Escola Normal de Ponta Grossa, é considerado um marco na cidade em questão e um importante estabelecimento de ensino - estando localizado em uma das principais praças. Sua construção foi realizada em 1927, na administração do Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha e o tombamento, como Patrimônio Cultural do Paraná, em 1990.

Colégio Estadual do Paraná (Curitiba)

O Colégio Estadual do Paraná foi inaugurado em 1950, a fim de dar continuidade ao Lycêo de Corytiba, fundado em 1846. Na época da sua entrega ao público, era considerado não só o maior colégio da América do Sul, como também o mais moderno, em função dos recursos educacionais e administrativos de que era dotado.



Ginásio Paranaense e Escola Normal (1904).

Fonte: Correia (2013, p. 57)

Assim, além de sua relevante importância arquitetônica, transformou-se, com o passar do tempo, em destacado marco sociocultural do Estado, tendo em vista as possibilidades relacionadas à aprendizagem, em especial quanto a aspectos relacionados ao currículo escolar e às suas áreas de conhecimento.

Colégio Estadual São José (Lapa)



Colégio Estadual São José

Fonte: Benvenutti, Gilberto Alberton - fotógrafo.

O Colégio Estadual São José foi fundado, na Lapa, em 1906 por freiras. Décadas depois, em 1982, o prédio que abrigava o colégio foi vendido ao governo. O colégio fundado pelas freiras então deixa de existir, dando lugar a uma escola de ensino fundamental e a gabinetes do governo.

Depois de algumas reformas, em 1992, o governador do estado da época, Jaime Lerner, inaugurou o Colégio Estadual São José, nos moldes do que é até hoje, uma instituição de Ensino Médio. Atualmente, o colégio é o maior da cidade da Lapa.

Desafio da Preservação da Memória do Patrimônio Escolar

Tem-se como ideal que, tanto as equipes de pesquisadores quanto as comunidades escolares, sejam produtores das histórias e memórias educativas. Desde os anos 2000, pesquisas na área da História da Educação, como os arquivos escolares, ganharam certo destaque, ampliando-se o diálogo e as realizações de intervenções junto às comunidades rumo ao conhecimento e a valorização de seu patrimônio histórico educativo (DA SILVA, 2019). Com isso, vivenciou-se também a discussão sobre o universo das fontes para essa história e os caminhos teórico-metodológicos para lidar com esse material, incluindo-se a questão do patrimônio e da memória propriamente, uma vez que:

"o patrimônio educativo, a sua história e a sua memória comungam das propostas políticas de renovação social e são parte integrante de um movimento que atribui grande significado aos discursos dos actores educativos, principalmente aos sujeitos comprometidos com as práticas educativas e com os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em tempo real nas escolas e nas salas de aula e em que eles adquirem o seu conhecimento experiencial. Os artefactos materiais fazem parte destes processos e é por via deles que abordamos os sistemas e as realidades educativas (MOGARRO, 2015, p. 71)"

Todavia, aproximadamente desde o atual governo e seus agravantes relacionados à pandemia do COVID-19, nota-se uma mudança de percurso. Aumentaram, portanto, os desafios à medida que se estabeleceram tensões em relação às instâncias educativas, tanto em termos de pesquisas e investimentos científicos, quanto do aspecto envolvendo preservação de lugares de memória. Julga-se necessário, assim, enquanto uma possível forma de retomada, iniciativas de conservação e preservação, tal qual a realização de eventos acadêmicos e culturais visando, não só sensibilizar as comunidades escolares, mas tornar coletivo os conhecimentos derivados das produções a respeito da educação e sua história, entendendo essa como pilar importante para a construção da cidadania e formação de identidades dos sujeitos. Para de Souza, deve-se lembrar que "não resta dúvida de que os historiadores da educação no Brasil têm contribuído muito para solidificar as iniciativas de conservação e investigação do patrimônio escolar. Porém, ainda há muito a fazer" (2013, p. 214).

Referências

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENVENUTTI, G.A.G. **Restauração e Preservação**. Álbum de Fotografias de Restauração das Pinturas Artísticas da Capela e Auditório do Colégio Estadual São José no Município da Lapa, Estado do Paraná, 1992.

CASTRO, E. A. **Arquitetura das Escolas Públicas do Paraná (1853-1955)** / Elizabeth Amorim de Castro. - 2010. Disponível em <<http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2010/ELIZABEHTAMORIM.pdf>> Acesso em: 21 de jun. de 2022.

CORREIA, A. P. **Escolas Normais: Contribuição para a Modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 245-273, jul./set. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n_49/a14n49.pdf> Acesso em: 21 de jun. de 2022.

DA SILVA, Alexandra Lima. **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.2, p. 425-444. 2019

DE SOUZA, Rosa Fátima. **Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26. 2013.

GEVEHER, D. L. **A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de História**. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 67, out.-dez, p. 945-962, 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História, memória e patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. **A Arquitetura Moderna e o Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense**. P. 1-11. Disponível em: <<https://pergamum.curitiba.pr.gov.br/vinculos/000088/00008847.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

GONÇALVES, Nadia G. **Histórias e Memórias sobre Educação**. Setor de educação, UFPR, Curitiba, v. 2, p. 146, 2019.

MACHADO, Alisson Beltrão. **O Turismo Pedagógico e as Possibilidades de Ampliação de Olhares: Uma Análise Sobre a Sistemática dos Processos de Tombamento de Bens Patrimoniais Paranaenses**. Congresso Internacional de História. Setembro de 2011, p. 1407-1418. 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/272.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **A Cidade como Bem Cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano.** P. 34-75, 2006. Disponível em: <<https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>> Acesso em: 07 de jun. de 2022.

MOGARRO, Maria João. **Educação e Patrimônio cultural: escolas, objetos e práticas.** Lisboa, Edições Colibri, 2015.

Museu da Escola Paranaense - **Escolas Tombadas.** Secretaria de Educação. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=255>> Acesso em: 29 de maio de 2022.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O campo do patrimônio cultural e a História: itinerários conceituais e práticas de preservação.** Antíteses, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993;

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

PORTELA, Bruna Marina. **A trajetória de um edifício colonial em Paranaguá: de Colégio Jesuíta a Museu Universitário.** Museu de Arqueologia e Etnografia UFPR. Disponível em: <<http://www.mae.ufpr.br/a-trajetoria-de-um-edificio-colonial-em-paranagua-de-colegio-jesuita-a-museu-universitario/>>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. **Museu da Escola Paranaense.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 357-360, jul./set. 2013. Editora UFPR. Disponível em <(https://www.scielo.br/j/er/a/7dpD97CJJYKvmWbn7L39PFr/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

Equipe

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Nadia Gaiofatto Gonçalves (DTPEN-ED)

Andréa Bezerra Cordeiro (DEPLAE-ED)

EQUIPE

Anne Gabriela de Cristo Machado (História)

Brenda Tauana Santos Ribas (Pedagogia)

Brianna Cantelli Carmali (História)

Bruno Augusto Pedroso de Souza (História)

Cezar Augusto Oliveira Camparim (História - Bolsista Fundação Araucária)

Emanuel Diogo Lima dos Santos (História)

Moara Milléo Baracat de Siqueira (Pedagogia)

Nathália Selau (História)

Paula Pretto Oening (História - Bolsista Extensão)

Rafaela Zimkovicz (História)

Rhangel dos Santos Ribeiro (História)

CONTATO

E-mail: historiadaeducacao@ufpr.br

Facebook: <https://www.facebook.com/historiasememoriased>

Instagram: <https://www.instagram.com/historiasememoriased/>

Nossas publicações, inclusive este boletim, estão disponíveis em:

<https://educacao.ufpr.br/centro-de-documentacao-e-pesquisa-em-historia-da-educacao/publicacoes-do-cdphe/>

